

As organizações agrícolas socioprofissionais em Portugal e a integração europeia (1974-85)

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo procura descrever, analisar e explicar a posição de duas confederações de organizações agrícolas portuguesas perante o processo de integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, entre 1974 e 1985: a CAP (Confederação de Agricultores de Portugal), criada em Novembro de 1975; e a CNA (Confederação Nacional de Agricultura), criada em Fevereiro de 1978.

O período que vai de 1974 a 1985 corresponde a 12 anos que, na agricultura portuguesa, se caracterizaram por importantes movimentações ao nível quer da base (consubstanciadas na criação e actuação dos vários movimentos organizados de agricultores), quer do topo, nomeadamente através das diversas políticas governamentais e de importantes iniciativas diplomáticas.

Trata-se de um período com características que o singularizam de uma forma nítida, o qual arranca em 25 de Abril de 1974, com a libertação (bastante problemática, é certo) da agricultura portuguesa das malhas do corporativismo (Lucena, 1990; Lucena e Gaspar, a publicar), e que desemboca na sua integração no quadro da Política Agrícola Comum (PAC), opção a que Portugal se vinculou em 12 de Julho de 1985 e que foi concretizada de forma progressiva a partir de 1 de Janeiro de 1986.

Em vésperas da revolução de Abril de 1974, o arcaísmo estrutural da agricultura portuguesa era ainda uma realidade indesmentível, resultado de um modelo de desenvolvimento inadequado que acabou por se afundar nas suas próprias contradições (Moura, 1973: 22-23; MACP, 1982: 2), do qual resultaram baixíssimos valores da componente agrícola na taxa média anual de crescimento do produto interno, uma fraca evolução do produto agrícola bruto, em relação ao produto não agrícola bruto (MAP, 1981: 9), um reduzido ritmo de acréscimo anual do valor acrescentado pelo trabalho agrícola (MAP, 1981: 4) e uma taxa de crescimento do rendimento por activo agrícola bastante inferior à do activo não agrícola (IED, 1985: 2).

Enquanto a depressão económica mundial de 1973 suscitara o agravamento dos preços nos mercados internacionais e a subida dos custos da energia,

*Universidade dos Açores.

a própria revolução de Abril de 1974 veio trazer à agricultura portuguesa um conjunto de novos problemas, entre os quais se destacam, pela importância do seu impacto, o forte afluxo demográfico motivado pela descolonização e pela intensificação do crescimento da procura de bens alimentares por via das novas políticas sociais, baseadas nos princípios da nivelção dos estatutos sociais e da redistribuição dos rendimentos.

A crescente procura de bens alimentares fez disparar os níveis de importação de alimentos, perante uma evidente incapacidade de resposta do sector agrícola. As consequências traduziram-se numa degradação dos níveis da balança comercial agrícola (MACP, 1982: 86) e dos coeficientes nacionais de auto-aprovisionamento, resultando daí que o sector agrícola tenha constituído um dos principais factores explicativos da dependência externa do País durante o período (Avillez, 1986: 196-212). Verificou-se igualmente uma forte queda do poder de compra dos agricultores e uma evolução negativa dos rendimentos reais da generalidade dos produtos agrícolas (IED, 1985: 8).

As fortes hemorragias em recursos humanos vividas pela agricultura portuguesa em diversos períodos, o peso excessivo da população activa agrícola, a estrutura etária envelhecida e o baixo nível de instrução da mesma, a dispersão e deficiente dimensionamento das estruturas fundiária e empresarial, a baixa qualidade técnica do sistema de produção, com um fraco nível de produtividade, tecnologia e investimento, todos estes elementos permitem caracterizar a situação agrícola durante este período.

Ao assinar, em 12 de Julho de 1985, o Tratado de Adesão às Comunidades Europeias, Portugal obrigou-se a acatar todas as disposições vigentes na CEE em termos de política agrícola (apesar de estarem previstas a este respeito algumas derrogações temporárias). Trata-se, de acordo com o discurso oficial, de concretizar em Portugal os objectivos da PAC, ou seja, o aumento da produtividade agrícola e dos níveis de vida das populações rurais, a estabilização dos mercados e dos abastecimentos e a garantia dos preços.

Como se sabe, para alcançar estes objectivos, a PAC prevê a eliminação dos direitos aduaneiros e dos sistemas de controlo das importações, o que implica uma significativa redução da margem de manobra ao dispor do Governo Português nos domínios da política de preços e dos mercados agrícolas. A agricultura portuguesa passa assim a ser progressivamente regida pelos princípios da unicidade de mercado, preferência comunitária e solidariedade financeira.

Ao integrar-se num espaço agrícola excedentário, com uma política agrícola virada cada vez mais para a gestão dos excedentes e para a criação de mecanismos de travagem da produção, Portugal corre entretanto importantes riscos. Os princípios da preferência comunitária e da solidariedade financeira originam encargos maiores da parte do País, o qual, enquanto Estado membro importador líquido de produtos agrícolas, passa a ser também contribuidor líquido do FEOGA-Garantia, com as inevitáveis consequências que tal facto poderá acarretar no avolumar dos défices do Orçamento de Estado

e da balança de transacções correntes. Por outro lado, o princípio da unicidade de mercado implica que os agricultores portugueses, que até 1985 dispuseram de um mercado com procura insatisfeita e protecções aduaneiras, terão de enfrentar as consequências do desmantelamento da protecção alfandegária, o que poderá ter por resultado a satisfação da procura interna pela oferta competitiva dos agricultores comunitários (Varela, 1987).

Balizado por estes dois marcos temporais decisivos, o período de 1974-85 conheceu, ao nível das organizações agrícolas portuguesas, importantes movimentações, entre as quais se destacam a ocupação de grandes propriedades e a constituição das unidades colectivas de produção (UCP) no Sul do País e o enquadramento do proletariado rural desta região por novas formas organizativas, entre as quais se destacam os sindicatos de trabalhadores agrícolas (a este respeito ver Barreto, 1984; e Cardoso, 1977).

As principais características dos movimentos de agricultores terão sido a heterogeneidade das formas organizacionais, a precariedade do enquadramento obtido e a forte inspiração político-partidária de muitos deles. Entre os mais importantes devem ser referidos: o MOLA (Movimento de Agricultores), que assumiu alguma importância no Norte do País, as ALA (associações livres de agricultores), as UDA (uniões distritais de agricultores), estas de inspiração socialista, e as ligas de pequenos e médios agricultores, inicialmente muito próximas do PCP, mas progressivamente, pelo menos durante um certo período, atraídas para a área do PS; e dois movimentos de agricultores criados em 1975 e instalados essencialmente no Norte e no Centro do País, o MAPRU (Movimento de Agricultores por Uma Melhor Previdência Rural) e o MARN (Movimento dos Agricultores e Rendeiros do Norte), este, principalmente, bastante acarinhado pelo MDP e pelo PCP e que veio, de certo modo, substituir o MOLA (Lucena e Gaspar, a publicar).

O critério que presidiu à selecção da CAP e da CNA para objecto de estudo desta investigação assenta no facto de, durante este período, elas terem sido as organizações agrícolas portuguesas mais importantes no campo político-representativo, não apenas em dimensão (na medida em que elas congregam um número substancial dos diferentes movimentos de agricultores que foram criados no nosso país a partir do 25 de Abril de 1974), mas sobretudo em volume e intensidade de intervenções públicas.

Infelizmente, o reconhecimento da significância das duas confederações para os objectivos da investigação não se apoia em dados quantitativos acerca da sua representatividade enquanto porta-vozes dos agricultores portugueses. Na verdade, torna-se muito difícil averiguar da sua representatividade numérica, uma vez que elas próprias procuram bloquear o acesso a esse tipo de informação e não fornecem a esse respeito dados fiáveis¹. As informa-

¹ O facto de serem conhecidos os quantitativos relativos ao número de organizações confederadas em cada uma delas não deve ser tomado como critério comparativo, uma vez que ele nada esclarece acerca do número de associados, e não dá, por isso, uma ideia do peso global de cada confederação no universo dos agricultores portugueses.

ções disponíveis apontam, no entanto, para uma grande fragilidade e anémia das formas associativas e da participação dos associados (Lucena, 1990: 525-529, 534-535). Por estes motivos, a reivindicação de um estatuto representativo ao nível nacional por parte da CAP e da CNA deve ser vista sobretudo como um elemento discursivo utilizado por cada uma das organizações para legitimar as suas intervenções no sistema social.

Entre a CAP e a CNA existiu uma viva competição pela representação profissional legítima dos agricultores portugueses. Dada a importância central da questão europeia nessa competição, cada uma delas efectuou um trabalho de produção de sistemas de representações e de acções em que essa questão era integrada.

Desde o momento da sua criação, a CAP e a CNA constituíram-se enquanto «patrulhas educativas» (conceito utilizado por LeRoy Ladurie em Berger, 1975: 7) que procuraram agir, segundo estratégias diversas e com resultados diferentes, simultaneamente sobre o meio rural e sobre o sistema político, utilizando a questão da integração europeia como referência constante na sua procura de apoios. O principal objectivo desta investigação é determinar o lugar ocupado por esta questão na estruturação dos sistemas de representações e de acções produzidos pelas duas Confederações.

As intervenções públicas que estes sistemas corporizam levantam, entretanto, delicados problemas à análise. Por um lado, trata-se de um domínio que coloca importantes dificuldades de ordem prática ao investigador, devido quer à insuficiência de trabalhos científicos nesta área, quer à relativa escassez dos materiais para análise e quer ainda à própria dispersão dos elementos disponíveis.

Em termos metodológicos, uma opção pela análise qualitativa tornou-se inevitável, não só devido à inexistência de dados quantitativos fiáveis, mas sobretudo porque a própria natureza do objecto não se presta à utilização de esquematismos conceptuais quantificáveis, sob o risco de se passar ao lado do sentido e da lógica interna dos momentos mais importantes do percurso das duas confederações. Os resultados aqui expostos apoiam-se pois na análise de conteúdo de inúmeros documentos, comunicados, notas, artigos e declarações proferidas em conferências de imprensa e na utilização de elementos colhidos em entrevistas abertas feitas a dirigentes das duas Confederações e a outros informadores privilegiados.

Por outro lado, e não menos importantes, colocam-se ao investigador problemas de ordem teórica, nomeadamente a dificuldade de descortinar um fio condutor lógico na grande heterogeneidade dos elementos disponíveis que conduz a uma intransponível contingência na sua selecção e arrumação.

Numa primeira fase do trabalho procurar-se-á construir uma história social de cada uma destas Confederações. Nesse sentido, é proposta uma tipologia das fases evolutivas pelas quais elas passaram, em que a preocupação fundamental não foi a de estabelecer marcos cronológicos precisos (o que seria, na verdade, desprezar a riqueza da realidade em benefício de um ilusório simplismo formal), mas antes destacar, em blocos temporais que se

interpenetram, os elementos típicos que permitem diferenciá-los ao nível analítico, de modo a poder mais facilmente proceder à sua explicação.

Dada a insuficiência de estudos sobre o assunto, este texto procura apresentar uma modesta contribuição, um ensaio de sistematização de conhecimentos dispersos, apoiado numa descrição cuidada, mas que não prescinde de um esforço teórico de construção de um quadro explicativo, através do qual se procurará dar um sentido à sistematização efectuada. Na verdade, tratando-se de construir uma história social das organizações em análise, nunca a descrição e a explicação poderiam aí estar dissociadas.

Nunca será de mais ressaltar que o enquadramento do percurso de ambas as Confederações no campo ideológico, a dificuldade em dissociar aí o explícito do implícito, o manifesto do latente, são factores que levam a não conceder ao quadro explicativo aqui apresentado mais do que um carácter provisório. E como decidir de outro modo, se se trata de um conjunto de elementos teóricos susceptíveis de tornar inteligível um trabalho de produção de sistemas de representações e de acções cujo traço mais saliente é precisamente a dissimulação dos conteúdos?

2. A CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL

2.1 OS ANTECEDENTES E A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE AGRICULTORES

As origens do movimento de agricultores que desembocou na criação na CAP (constituída em 22 de Janeiro de 1976) remontam ao imediato pós-25 de Abril de 1974.

Na verdade, logo após a revolução, um grupo de proprietários agrícolas do Alentejo tomou a iniciativa de promover reuniões com o objectivo de criar um movimento organizado, uma vez que, no seu entender, «a revolução entrara com o pé esquerdo» (entrevista, 1987) e o rumo político pós-revolucionário poderia evoluir numa direcção contrária aos seus interesses.

Dessas movimentações resultou a criação das ALA (associações livres de agricultores), em 14 de Maio de 1974, em Beja. Os seus principais impulsioneiros parecem ter sido extraídos de um novo grupo de indivíduos identificados com uma remodelação das *élites* rurais que se começava a esboçar na fase final do Estado Novo (Lucena, 1984: 145). Estes elementos das novas *élites* rurais eram pessoas que, em geral, não haviam desempenhado cargos de relevo na estrutura corporativa e que nas ALA corporizaram uma aliança entre alguns grandes proprietários «modernistas» e certos sectores ascendentes da pequena burguesia rural (Lucena e Gaspar, a publicar). Muitos deles ocupavam uma «posição social intermédia» (rendeiros capitalistas, médios proprietários, alugadores de máquinas, ex-feitores) e alguns pertenciam a «ramos menores» das grandes famílias proprietárias (Lucena, 1984: 146-151).

As ALA defendiam um liberalismo económico anticorporativista, cujas principais linhas de orientação discursiva eram: a crítica da organização corporativa da lavoura, através da qual se procurava evitar a conotação do movimento com o regime deposto a 25 de Abril de 1974; a defesa da função social da terra, que procurava capitalizar a seu favor um dos elementos mais importantes do debate ideológico da época; e a defesa da exploração agrícola economicamente rendível, o que implicava uma quebra de solidariedade entre os empresários agrícolas alentejanos quanto ao princípio da propriedade.

Este movimento de carácter reformista procurou recrutar indiscriminadamente entre o conjunto dos agricultores, o que foi interpretado por alguns (Cardoso, 1977: 45) como uma tentativa de aliar o campesinato à grande burguesia agrária. O propósito das ALA era obviamente o de escamotear e evitar uma confrontação social entre os diferentes estratos da população agrícola, o que, apesar do discurso claramente anticorporativista produzido, não deixava de exprimir uma concepção corporativista da atenuação dos conflitos sociais.

Mas as ALA não chegaram a adquirir expressão importante, à excepção do Sul do País (Lucena, 1984: 183), zona na qual foram, até 28 de Setembro de 1974, o movimento agrícola associativo mais importante (Lucena e Gaspar, a publicar). Segundo Lopes Cardoso (1977: 50), tal ter-se-á devido ao facto de os interesses da grande exploração extensiva e os da moderna exploração capitalista, as relações de produção e a posse privada da terra não estarem ainda ameaçados nos seus fundamentos, uma vez que, antes do grande movimento de ocupações no Alentejo de 1975, a movimentação operária se limitava às reivindicações salariais e à garantia de trabalho. Contra esta tese joga, no entanto, a existência de uma nítida percepção, por parte dos grandes agricultores do Alentejo, das implicações que a revolução teria ao nível da sociedade rural no Sul do País, o que sugere que, se a adesão às ALA não foi maior, tal poderá ter-se devido precisamente ao facto de as bases económicas e sociais da sociedade rural do Sul estarem já de tal modo ameaçadas que os agricultores mais humildes — ou os movimentos políticos que os procuravam enquadrar — se escusavam a qualquer tipo de participação em estruturas representativas nas quais os grandes agricultores estivessem representados.

Por outro lado, se de facto o debate ideológico pós-revolucionário tivesse evoluído essencialmente no sentido de uma eliminação da propriedade latifundiária extensiva, é provável que as ALA poderiam ter ocupado um lugar mais importante em termos de representação, de mobilização e de interferência nos processos de decisão respeitantes à questão agrária. No entanto, a tendência foi a de atacar, não só o princípio da propriedade, mas o próprio capitalismo agrário, o que provocou, se não o esvaziamento do conteúdo ideológico do programa das ALA (uma vez que ele viria a ser recuperado posteriormente), pelo menos a neutralização da actividade do movimento, desprovendo-o de qualquer eficácia.

Esta neutralização teve o seu marco cronológico decisivo com o golpe de 11 de Março de 1975, que viria a situar o quadro do associativismo agrícola em novas coordenadas.

Com o 11 de Março, as ALA passaram a uma actuação clandestina, procurando organizar um movimento de resistência à colectivização e estatização da sociedade rural portuguesa, que, no seu entender, resultariam da hegemonia das forças políticas que na altura ocupavam o aparelho estatal.

O movimento começou a promover, em diversos pontos da Zona de Intervenção da Reforma Agrária, reuniões, manifestações e comícios, que muitas vezes resultavam em confrontos violentos (Barreto, 1984: 41-95).

As actuações dos agricultores eram reforçadas por ligações estabelecidas com certos sectores militares operacionais e vários representantes partidários, que lhes davam um apoio logístico e se mantinham a par da evolução da situação. A este respeito relata um dirigente actual da CAP: «E foi assim que, perante as garantias dadas por forças militares de que, no caso de haver acção militar por parte do COPCON ou de outras forças contra o movimento dos agricultores, havia uma resposta imediata por parte da Escola Prática de Cavalaria do Regimento de Comandos em apoio dos agricultores. Nunca devemos esquecer-nos que esteve perspectivada a saída do Regimento de Comandos da Amadora e a sua passagem para Rio Maior, exactamente perante o perigo que havia de tentarem asfixiar os Comandos dentro do seu Regimento, plano este que, como todos sabemos, existiu por parte do Partido Comunista.» (*JA*, n.º 97, de 25-11-80).

Dos movimentos existentes e do contacto com meios militares resultou a organização de um movimento clandestino de resistência armada: «Havia um compromisso entre várias centenas de agricultores para pegarem em meios físicos para se defenderem das ocupações selvagens provocadas pelo Partido Comunista. Pois essa interligação, feita de uma forma, nessa altura, semiorgânica e toda ela na clandestinidade, acabou por se traduzir mais tarde (entre o período do 'Verão Quente' e o 25 de Novembro) numa acção perfeitamente organizada que aconselhava, de facto, se necessário fosse (Portugal vivia um clima de insurreição perante a ameaça de uma guerra civil), a criação de condições que dessem garantia de que, se tal guerra ocorresse ou se houvesse acções de carácter violento, nós estaríamos preparados para ajudar aqueles que queriam preservar a Democracia, a Liberdade e a Independência do nosso país» (*JA*, n.º 97).

O que estava em causa era, pois, um projecto sociopolítico para o conjunto do País: «Dos contactos que havia com as várias forças empenhadas na luta pela democracia em Portugal e contra o totalitarismo gonçalvista, era clara a necessidade de gerar (dado o revolucionarismo da FUR e de certos militares de extrema-esquerda que, na sua embriaguez revolucionária, não mediam e não conseguiam verificar que não tinham o mínimo de condições para tomar de assalto o poder em Portugal) o movimento popular que, com naturalidade, viesse a criar condições para fazer rebentar o furúnculo revolucionário e impedir a guerra civil» (*JA*, n.º 97).

Este movimento clandestino e semiorgânico, apoiado muitas vezes em manifestações públicas de agricultores que contaram frequentemente com o empenhado apoio do PS e da igreja católica (Lucena e Gaspar, a publicar), iria culminar com a construção, após um plenário de agricultores em Rio Maior, de barricadas em 24 de Novembro de 1975. Como disse um dirigente da CAP, «Rio Maior transformou-se no 'santuário da liberdade'» (*JA*, n.º 97).

A construção de barricadas, ao bloquear a estrada Lisboa-Porto, constituiu um episódio importante no movimento militar do 25 de Novembro de 1975, cujo resultado mais imediato, ao nível da questão agrária, foi a interrupção do processo de ocupação de terras.

Do episódio de Rio Maior resultou também a decisão de criar a Confederação de Agricultores de Portugal, na qual veio a ingressar grande parte dos elementos das ALA, embora posteriormente, como veremos, esta génese particular viesse a evidenciar importantes contradições internas no movimento, as quais estariam na origem de cisões.

A questão da Reforma Agrária e a sua leitura em termos sociopolíticos estiveram, assim, na origem da criação da Confederação e viriam a imprimir-lhe fortemente os seus traços mais salientes ao nível da produção de representações e de acções.

É, contudo, errado dizer-se, como o faz Vale Estrela (1978: 245), que a CAP era contrária não só à Reforma Agrária conduzida pelo Partido Comunista, mas também a qualquer tipo de reforma agrária. Um raciocínio tão simplista não leva em conta o facto de a CAP ter perfilhado, dentre as diversas acepções existentes do conceito primário de reforma, uma concepção particular de reforma agrária, ou seja, a sua contestação dos métodos de reforma não implicou a contestação da própria necessidade de existência de uma reforma² (a este respeito ver, p. ex., a entrevista concedida por um dirigente agrícola em *T* de 28-5-81).

É também erróneo julgar que a implantação da CAP se confinou à Zona de Intervenção da Reforma Agrária. Ao dar prioridade, no campo da produção discursiva, à defesa da propriedade privada, ela conseguiria cativar — embora com dificuldade, realidade à qual não será alheia, para além de considerações sociopolíticas específicas, a própria natureza, sempre frágil e periclitante, dos movimentos associativos criados em Portugal — alguns sectores da pequena e média agricultura do Norte e Centro do País, atemorizados pelo facto de poderem vir a perder as suas propriedades. Como diz António Barreto, «a CAP consegue dar corpo a uma classe intermédia, que possui terras, mas que as trabalha». E acrescenta este ex-ministro da Agricultura: «Certamente que se encontrarão na CAP grandes agrários, homens do antigo regime, latifundiários, comerciantes abastados, mas não se pode negar a capa-

² O que, aliás, seria um autêntico suicídio político, se tivermos em conta o clima ideológico da altura e a necessidade de apoios de que carecia a Confederação.

cidade de mobilização nem a reserva de energia dos pequenos agricultores, que até então tinham sido prejudicados ou ameaçados» (1984: 86).

A CAP recrutou também apoiantes entre os comerciantes e intermediários (por exemplo, do sector da venda de carnes) — os quais, aliás, já haviam estado na origem do movimento impulsor das ALA — que tinham visto a sua posição posta em causa com a introdução na ZIRA de novas formas de comercialização.

A penetração da CAP no Norte e Centro do País foi facilitada pela existência de um vasto número de agricultores que não estavam enquadrados em qualquer tipo de estrutura representativa de carácter político e que se mostravam bastante reticentes perante o trabalho de mobilização de algumas organizações de cariz vincadamente revolucionário (Barreto, 1984). Posteriormente, esta penetração estaria ainda mais facilitada, a partir do momento em que a Confederação começou a exhibir publicamente os louros das diversas atribuições de reservas anteriormente expropriadas, entregas estas que foram em grande medida resultantes da intensa actividade política que desenvolveu junto das instâncias do poder.

Ao adquirir existência legal, a CAP estabeleceu desde logo, na sua declaração de princípios, uma relação fundamental entre a questão da Reforma Agrária e a questão da integração europeia, salientando que uma Reforma Agrária em Portugal deveria ter em conta a integração da agricultura portuguesa na política agrícola comum e reger-se, por isso, por um modelo conforme com esta.

2.2 O CONFRONTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO

A produção de acções e de representações por parte da CAP teve como característica fundamental, no período que vai de finais de 1975 a meados de 1978, a confrontação político-ideológica. Subjacente a toda a dinâmica de intervenção pública da Confederação estiveram uma actuação e uma linguagem de combate que traduziam um empenhamento no confronto entre diferentes concepções globais acerca do modelo económico, social e político a implantar em Portugal.

Após o 25 de Novembro de 1975, a situação política e a questão agrária evoluíram num sentido relativamente diferente e a CAP constituiu-se enquanto grupo de pressão, com uma intensa actividade, tanto perante os órgãos de poder político, como ao nível da mobilização dos agricultores para as causas que defendia.

Em termos de pressão sobre os órgãos de poder político, os melhores exemplos relacionam-se com a contestação de diversas medidas de política agrícola, especialmente no que se refere à Reforma Agrária. A respeito desta, a CAP exigia a suspensão de determinados decretos-leis (nomeadamente os referentes à expropriação de prédios rústicos), a discussão pública das leis, a proibição de ocupações nas propriedades cultivadas, a proibição da imposição de pessoal aos proprietários por parte dos sindicatos agrícolas, a garan-

tia de indemnização para os investimentos feitos e a organização de inquéritos e processos disciplinares acerca da actuação dos funcionários e serviços estatais, entre outros aspectos (CAP, 1977: 64-65).

O primeiro grande alvo dos ataques da CAP foi o ministro da Agricultura do VI Governo, Lopes Cardoso, adversário convicto do capitalismo agrário e partidário de um cooperativismo socialista autogestionário, que era acusado de fazer cedências ao PCP e de ser o principal responsável pela colectivização da agricultura portuguesa.

Tal pressão terá, segundo um alto dirigente da CAP, resultado na demissão do ministro, uma vez que, tendo sido intensificada durante a realização de um congresso do Partido Socialista, teria permitido à ala moderada deste Partido reforçar a sua oposição à política agrícola de Lopes Cardoso (entrevista, 1987; ver também *JA*, n.º 53, de 4-10-78: 3).

Para além deste importante episódio, a Confederação exigiu frequentemente compromissos públicos por parte dos responsáveis políticos em relação aos conjuntos de questões que lhes apresentava em documentos e apresentava prazos para a satisfação das suas reivindicações.

Esta forma agressiva de intervir publicamente apoiava-se numa importante movimentação de bases, que se traduzia na distribuição de comunicados e na organização de marchas de protesto, os quais procuravam constituir autênticas manifestações de força perante o poder central.

A tónica do confronto era uma constante, e a este respeito muitos exemplos podem ser dados. Vejamos a seguinte afirmação de um dirigente da Confederação: «Alertamos o Governo para o facto de que as responsabilidades das consequências futuras não caberão aos agricultores, quando eles resolverem fazer justiça pelas suas próprias mãos» (CAP, 1977: 167).

Não é de admirar, pois, que o clima por vezes assumisse um carácter mais agressivo, como o atestam o corte do trânsito automóvel na estrada Nacional Lisboa-Porto e os frequentes actos de violência ocorridos durante a realização de plenários e encontros de agricultores, nomeadamente boicotes por parte de assalariados rurais (Montemor-o-Novo, Silves, Régua) e explosões de bombas durante as reuniões (Braga, Rio Maior, Portalegre, Loulé).

Simultaneamente, a Confederação procurou mobilizar grupos descontentes de seareiros e de rendeiros da ZIRA, que haviam visto as suas terras ocupadas por cooperativas, o que mostra que ela procurou capitalizar a seu favor não só as apreensões das populações do Norte e do Centro, mas também o próprio descontentamento dos pequenos e médios agricultores do Sul que foram prejudicados pelo processo de ocupação de terras.

Durante todo este período, a CAP insistiu constantemente na necessidade de Portugal se dotar de uma estrutura agrícola formada por unidades agrícolas economicamente viáveis geridas pela iniciativa privada e que identificasse o País com a Europa. A relação desta questão com o problema da Reforma Agrária continuava a ser insistentemente sublinhada, baseada na convicção de que a CEE «nunca poderá admitir como membro um país divi-

dido em dois pela cortina de ferro do Tejo, com a maior parte da agricultura colectivizada à moda da Bulgária» (DN de 25-11-76).

Este é também o período em que a Confederação procurou pôr em prática o propósito de se integrar em importantes movimentos agrícolas europeus, como a CEA (Confederação Europeia da Agricultura) e a FIPA (Federação Internacional dos Produtores Agrícolas). Esta estratégia de relações internacionais serviu também, ela própria, os desígnios de pressão da Confederação sobre o poder político, ao pretender apresentá-la com uma credibilidade e uma capacidade de persuasão que o simples estatuto de grupo de pressão interno parecia não lhe garantir suficientemente (entrevista, 1987).

2.3 A APROXIMAÇÃO AO PODER POLÍTICO

Após meados de 1978, o discurso e as práticas da CAP, se bem que tenham mantido as características anteriores, orientaram-se num sentido estratégico diferente, que se pode classificar de aproximação ao poder político.

Após uma fase inicial em que a principal preocupação da Confederação foi a de efectuar um trabalho constante de pressão sobre um poder político ao qual dificilmente ela se poderia aliar, a CAP procurou ganhar terreno no próprio campo dos mecanismos e instrumentos de tomada de decisões, constituindo-se enquanto interlocutor privilegiado desse poder. Isto viria a acontecer com o III Governo Constitucional, de Nobre da Costa, mas sobretudo com o IV, chefiado pelo primeiro-ministro Mota Pinto.

É certo que a tentativa de ganhar aliados no campo do poder político já se verificara anteriormente. Dela podemos dar vários exemplos, como sejam: o empenho da CAP na campanha eleitoral à Presidência da República de Ramalho Eanes, o qual, identificado com o espírito do 25 de Novembro, representava um prolongamento simbólico da actuação da Confederação, tendo a sua eleição sido celebrada pela CAP como uma autêntica legitimação da sua intervenção no sistema social; a distinção feita entre o I Governo Constitucional, apoiado pelas suas posições de defesa da legalidade democrática, e o seu ministro da Agricultura, Lopes Cardoso; e os elogios tecidos a António Barreto, sucessor daquele, por pretender revogar o fundamental da «legislação gonçalvista e cardosista» para o sector agrícola (JA, n.º 18, de 15-4-77: 8-10; T de 28-5-81).

Se, com a demissão de António Barreto, em circunstâncias que a CAP considerou conspiratórias, ela perdeu um aliado político potencial, com a indigitação de Nobre da Costa para primeiro-ministro, após a queda do II Governo Constitucional, a Confederação procurou de novo ocupar um lugar importante na definição política do modelo de desenvolvimento a adaptar para a sociedade rural portuguesa, esforço esse que, no entanto, se veria novamente frustrado com a reprovação, em Setembro de 1978, do Programa do III Governo, na Assembleia da República.

Mas, com o IV Governo Constitucional, chefiado por Mota Pinto, a CAP acabou por se impor como interlocutor privilegiado do Ministério da Agri-

cultura e Pescas, cujo responsável, Vaz de Portugal, acusava o PCP e outras forças de esquerda de continuarem a desestabilizar a situação política na zona da Reforma Agrária e de visarem «confundir as massas populares e os profundos sentimentos patrióticos do povo alentejano» (*JA*, n.º 63, de 3-3-79: 2). Do mesmo modo, a CAP classificava de corajosa e determinada a forma como o então secretário de Estado da Reestruturação Agrária, Joaquim Ferreira do Amaral, actuava em relação às UCP.

Estas atitudes não podem ser desligadas do facto de a CAP continuar a ver no general Ramalho Eanes, mentor político deste Governo, um preciso suporte político para as suas pretensões (*DN* de 5-5-79).

A verdade, no entanto, é que não se verificou simplesmente uma aproximação por parte da CAP em relação ao poder político. Na realidade, do lado deste também parecia interessante ter a CAP por aliada: o seu «populismo», a sua capacidade de mobilização e a sua importante influência em períodos eleitorais (Lucena e Gaspar, a publicar) faziam dela um aliado apetecido pelos diversos quadrantes políticos.

2.4 A INTERVENÇÃO INSTITUCIONALIZADA E AS CONTRADIÇÕES INTERNAS

A queda do Governo Mota Pinto, se representou momentaneamente, para a CAP, a perda de uma influência importante ao nível do aparelho de Estado, não assinalou um retrocesso da Confederação para as práticas mais nítidas de confronto político-ideológico.

Poder-se-ia argumentar que a oposição encetada ao V Governo Constitucional, de Maria de Lurdes Pintasilgo, considerado de inspiração colectivista e socializante, significou um regresso à fase anterior. Mas, a partir de 1979, a CAP propunha-se passar de uma fase histórica de intervenção política a uma fase de intervenção de carácter técnico. Em Janeiro desse ano, um dirigente da Confederação afirmava: «Tendo usado, desde a sua fundação, um tipo de discurso marcadamente político, a Confederação propõe-se agora alterar qualitativamente o seu estilo de intervenção, preparando-se para actuar sobretudo no campo das alternativas técnicas» (*JA*, n.º 60, de 18-1-79: 3).

Ora o interessante é verificar que, para a Confederação, tal viragem no estilo de intervenção só seria possível a partir do momento em que o seu projecto social para Portugal encontrasse, precisamente, uma expressão política ao nível dos órgãos de decisão central. O predomínio do trabalho técnico pressupunha assim a aquisição da hegemonia política como a sua condição fundamental, como dizia um dirigente da Confederação em Maio de 1979: «Considero que a fase histórica da CAP e a sua intervenção intensa na vida política serão ultrapassadas no momento de consubstanciação de um bloco forte e coerente, que permita uma maioria estável, que dê origem a uma democracia» (*JA*, n.º 69, de 1-6-79).

O anunciado abandono da estratégia do confronto político-ideológico não significava, pois, como pretendia fazer crer a CAP, um abandono da vertente política, mas apenas uma mudança no seu tipo de utilização, que pas-

sava agora pela institucionalização das intervenções produzidas. Ao confronto político-ideológico sucedia a instrumentalização institucional do campo político.

Esta instrumentalização institucional teve a sua expressão mais importante no empenhamento da Confederação no jogo da competição política. Assim se explica a nomeação do secretário-geral da CAP, José Manuel Casqueiro, como deputado independente encabeçando a lista de Portalegre pela Aliança Democrática, nas eleições de finais de 1979.

Para além do empenhamento na AD, a CAP apoiou também a candidatura do general Soares Carneiro às presidenciais de 1982, o que implicou um distanciamento em relação ao general Ramalho Eanes. Poucos meses após ter sido aprovada, em Junho, numa assembleia de delegados, uma moção em que a Confederação reafirmava a sua confiança no presidente da República, dado que ele defendia princípios da política idênticos aos seus (*JA*, n.º 69, 1979), a CAP acusou Eanes de trair os agricultores. Um dirigente justificou este distanciamento da seguinte forma: «Quando o presidente da República optou pela engenheira Pintasilgo, escolheu também um determinado modelo económico e político que estava subjacente àquela personalidade, que consistia, na minha opinião, numa ligação entre as conquistas dos políticos militares e um certo populismo civil terceiro-mundista, dependente, afinal, do PCP» (*PL* de 6-2-80).

Este pretexto serviu, no entanto, uma viragem estratégica fundamental da Confederação, no sentido de um empenhamento na sustentação do projecto sociopolítico da Aliança Democrática na chamada «maioria presidencial».

O triunfo eleitoral da AD instalou no seio da Confederação um verdadeiro clima de euforia. Os mesmos meios que antes haviam sido utilizados na prática do confronto político-ideológico eram agora mobilizados para apoiar publicamente o IV Governo Constitucional, de Sá Carneiro: promoção de festas-convívio de congratulação pela vitória (Portalegre); patrocínio de manifestações públicas de apreço dos agricultores pelos efeitos positivos da aplicação do programa governamental (Barcelos, Portalegre, Santarém, Aveiro, Albergaria-a-Velha); a propaganda do Governo e dos fracassos da esquerda, feita na imprensa oficial da Confederação (ver, p. ex., o n.º 83 do *JA*, de 3-4-80).

Mas a defesa pública, por parte da Confederação, da política, advogada por Sá Carneiro, de distribuição de reservas aos «pequenos e médios» agricultores, tal como a sua «estratégia possibilista, privilegiando os ganhos territoriais» (Lucena e Gaspar, a publicar) em relação à «Lei Barreto», originou por vezes compromisso com a situação criada anteriormente na ZIRA. Ora esses compromissos, aos olhos de alguns associados mais inclinados para uma defesa intransigente da entrega das reservas aos antigos proprietários, ou, na pior das hipóteses, de indemnizações «justas», eram insustentáveis. Daí que se tenha dado uma importante cisão na Confederação, da qual resultou a criação da UGA (União Geral de Agricultores), apoiada pela centénaria ACAP (Associação Central da Agricultura Portuguesa), representante,

já nos tempos do corporativismo salazarista, dos grandes proprietários do Sul e que, em 1981, rompeu relações com a CAP, para só posteriormente se esboçar alguma reaproximação, mas nunca como havia acontecido nos tempos em que ela, voluntariamente, quase se apagara para dar completo espaço de manobra às ALA (Lucena e Gaspar, a publicar). Estes factos são a ilustração do facto de a CAP, desde o início, ter constituído (como aliás as próprias ALA já o haviam sido) uma «coligação de elementos heterogéneos» que contém permanentemente «tensões entre elementos reformistas e conservadores que fazem a sua força e as suas fraquezas» (Lucena, 1984: 151).

Embora as coordenadas fundamentais desta actuação se tenham mantido, a atitude da CAP perante o VII Governo Constitucional, de Pinto Balsemão, foi diferente e a Confederação exortou por diversas vezes o Governo a demonstrar uma coesão e uma iniciativa política que, a seu ver, ele não estava a revelar.

No entanto, apesar das repetidas referências ao crescente descontentamento da população rural pela situação no sector da agricultura, a presença da CAP ao nível do aparelho de Estado continuou a reforçar-se, como o atestam os seguintes factos: em Setembro de 1981 foi nomeado um membro da direcção da Confederação para subsecretário de Estado para a Agricultura; em Agosto de 1982, a CAP assinou com o MACP, chefiado pelo então ministro Basílio Horta, um protocolo que previa a cedência de técnicos do Ministério para promover o reforço das estruturas da Confederação.

É muito importante verificar que a CAP não foi uma mera vertente agrária dos partidos de direita. Em vez de ser uma organização manipulada por determinados partidos políticos, ela demonstrou uma autonomia de actuação que a levou a procurar ou alienar apoios nas forças políticas conforme a estratégia que definia para a perseguição dos seus objectivos. O secretário-geral da Confederação dizia, por exemplo, em Maio de 1981: «Nós demos o nosso apoio para a formação de uma maioria parlamentar que suporta o Governo. Isso não nos inibe, como representantes dos agricultores portugueses, de expressar por todas as formas o descontentamento real desses mesmos agricultores». (*T* de 14-5-81).

Em 1983, com a queda do VII Governo Constitucional e a formação do Governo de coligação PS/PSD, a CAP optou por um discreto distanciamento, embora o considerasse um «casamento contranatura» (entrevista, 1987), ou seja, um governo que, em virtude da sua heterogeneidade, sofria de contradições internas. A CAP atribuiu por isso ao PS a responsabilidade pela sua ruptura, em 1985.

O novo Governo, chefiado por Cavaco Silva, recebeu da Confederação diversos elogios, sobretudo no respeitante ao plano externo, no qual o ministro da Agricultura, Álvaro Barreto, teria demonstrado, a seu ver, uma invulgar capacidade de negociação (*JC* de 3-3-87: 3).

Em resumo, a partir de 1979, o sistema de modalidades práticas e discursivas típicas da fase de confronto político-ideológico foi progressivamente

substituído por um novo tipo de intervenção que, apesar da permanência de uma forte componente político-ideológica, se caracterizou pela instrumentalização dos mecanismos centrais de tomada de decisão. Esta institucionalização da intervenção da CAP traduziu-se, essencialmente, quer num claro empenhamento e participação na competição política, quer num distanciamento táctico (mas nunca definitivo) em relação aos aliados políticos potenciais que participavam nessa competição.

Neste período, a CAP procurou também articular as suas acções com a de outras organizações. Em 1977 já se realizara o Encontro Internacional de Viseu, em que a CAP, a Associação Regionalista Agrária de Espanha e a Confederação Pan-Helénica de Uniões de Cooperativas Agrícolas insistiram na necessidade de adesão plena de Portugal, Espanha e Grécia à CEE. Em 1978, a CAP, que já era membro da FIPA e da CEA, estabeleceu com o COPA (Comité das Organizações Profissionais Agrícolas) e com o COGECA (Comité Geral de Cooperação Agrícola) um programa de reuniões tendo em vista o estudo dos ajustamentos necessários à integração da agricultura portuguesa na PAC. São também de destacar a realização, em Lisboa, em 1981, da Assembleia Geral da CEA e a integração no CES (Comité Económico e Social) da CEE em Maio de 1986³. Todas estas iniciativas tiveram claramente por pano de fundo a questão da integração europeia, tendo resultado num relacionamento entre a CAP e o poder político em que a vertente externa veio a assumir um lugar decisivo.

3. A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTURA

3.1 A IMPLANTAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO

A criação da CNA parece ter encontrado motivo de fundo no descontentamento de certos sectores da sociedade portuguesa em relação à situação agrícola do País e à condução a que esta estava a ser sujeita por parte do poder político, por um lado, e na crença de que existia uma falta de representação dos pequenos e médios agricultores numa estrutura que servisse de ponte entre o mundo rural e o aparelho de Estado, dada a acção insuficiente e prejudicial da CAP a este nível.

Segundo dirigentes da CNA, tudo teria resultado de um acontecimento de carácter muito concreto — o problema de escoamento da batata — e de uma organização bem individualizada — a Cooperativa Agrícola Agro-Tarouca e Lamego —, a partir dos quais todo o processo se teria desencadeado. Mas a ideia de que não existiria desde o início a intenção de criar uma confederação ao nível nacional, a qual se teria pouco a pouco estruturado a partir de um detonador inicial espontâneo, encontra vários óbices

³ Realce-se ainda a realização, em 1981, do I Congresso das Actividades Económicas, em Lisboa, promovido em conjunto com a CIP e a CCP.

perante factos importantes, que podem permitir desenhar um quadro interpretativo dos elementos em análise relativamente diferente do proposto por estes dirigentes.

Na realidade, entre uma assembleia geral da Cooperativa acima referida e uma segunda reunião efectuada em Lamego, já com a participação de outras 29 organizações agrícolas (ambas realizadas em finais de 1977), deu-se a passagem de uma discussão do problema do escoamento da batata para a constituição de uma comissão organizadora de um encontro da lavoura, o que indica que estava em curso um processo organizativo que não se limitava àquele aspecto particular. Nessa segunda reunião foi também apresentado e aprovado um «Apelo às Organizações da Lavoura e aos Agricultores», que contém um conjunto muito vasto de questões ligadas à política agrícola, nomeadamente os organismos de coordenação económica, os factores de produção, o regime de importações, o crédito, os seguros e subsídios, o apoio técnico, a prevenção de doenças no gado, o arrendamento rural, o cooperativismo e os baldios (*D* de 23-1-78).

Desta preparação prévia e cuidada é também exemplo a organização de diversos encontros preparatórios do grande encontro da lavoura, que na altura coincidiram, num contexto mais global com a realização de outros encontros de pequenos e médios agricultores em diversas regiões do País.

Como resultado destas iniciativas, veio a realizar-se, debaixo de acusações públicas de politização (veementemente desmentidas), a 26 de Fevereiro de 1978, em Coimbra, o Encontro das Organizações de Lavoura e dos Agricultores do Minho, Trás-os-Montes e Beiras, no qual foi constituída uma comissão instaladora, que elaborou os estatutos da CNA, procedeu à sua legalização a 5 de Abril de 1978 e divulgou junto das autoridades oficiais uma Carta da Lavoura Portuguesa.

Note-se que, em pouco mais de um mês, os estatutos foram discutidos por centenas de organizações agrícolas, antes da legalização da CNA, o que revela uma capacidade de organização extremamente eficaz por parte dos promotores desta iniciativa.

Reclamando-se dos princípios do apartidarismo, de irreligiosidade e de independência em relação ao Estado, a CNA assumiu como fins a atingir a representação de âmbito nacional dos agricultores portugueses e suas organizações e a defesa dos seus interesses económicos e sociais (CNA, 1978: 6). Nesse sentido, a Confederação solicitou a sua participação, enquanto membro de pleno direito, no Conselho Nacional do Plano, para discussão e elaboração do Plano no que respeitava ao sector agrícola. Tal solicitação não viria, no entanto, a ter qualquer receptividade por parte do CNP.

Para além da apresentação pública e da reivindicação de participação nos órgãos competentes em matéria de política agrícola, esta fase de afirmação da CNA passou também por uma programação de contactos a estabelecer com as autoridades oficiais, que tiveram verdadeiro acolhimento apenas no que respeita ao Conselho da Revolução e ao ministro da Agricultura do Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo, Luís Saias.

3.2 A INTERVENÇÃO NO SISTEMA SOCIAL

Em meados de 1978, a CNA, de uma actuação que passava essencialmente pela consolidação das suas estruturas e pela afirmação da sua legitimidade enquanto organização representativa dos pequenos e médios agricultores, passou a uma actuação de estilo reivindicativo que incidia sobretudo nos aspectos particulares da política agrícola.

A referência ao estado da política agrícola fazia-se através da consideração dos seus aspectos particulares, sectoriais, de carácter pontual: o seguro nacional agro-pecuário, considerado um poderoso estímulo para o aumento da produção agrícola; o preço dos adubos, que esteve na origem da convocação de uma primeira jornada nacional de contestação dos agricultores para o dia 1 de Outubro de 1978 (*D* de 19-9-78: 10); a produção de leite e de vinho; os fogos florestais, que favoreceriam bastante alguns comerciantes e industriais madeireiros, devido à especulação realizada com a madeira das árvores queimadas; o escoamento da batata; e o crédito, especialmente no que dizia respeito às altas taxas de juro, às dificuldades para a obtenção de capitais e à inadequação dos prazos de amortização.

Mas o discurso da CNA, que caminhara gradualmente de um problema particular — as dificuldades de escoamento da batata — para um conjunto de intervenções de carácter pontual — em que, apesar da evidente articulação dos diferentes elementos numa totalidade discursiva coerente, não se verificava uma insistência clara e veemente nas implicações que uma determinada situação particular tinha ao nível do todo em que se encontrava inserida — evoluiu no sentido da construção de um discurso portador de uma interpretação global acerca do sistema social no qual os agricultores se encontravam integrados.

Esta evolução veio originar um novo sistema de representações e intervenções no sistema social e político, que se consolidou essencialmente nos anos de 1979 e 1980. Neste novo sistema podemos destacar analiticamente três elementos estruturantes. Em primeiro lugar, a proposta de um modo específico de intervenção no sistema económico, mediante uma determinada utilização dos instrumentos e mecanismos aplicáveis pelos organismos concebidos para enquadrar e regular a política agrícola, nomeadamente os organismos intermédios de intervenção (organismos oficiais sob a tutela do Governo, especialmente os organismos de coordenação económica herdados do corporativismo) e os órgãos centrais de decisão (Ministério da Agricultura e respectivos serviços regionais). Em relação aos primeiros, a CNA criticou especialmente a JNF (Junta Nacional das Frutas), a JNV (Junta Nacional dos Vinhos) e a JNPP (Junta Nacional dos Produtos Pecuários) pelo dificultar do escoamento das produções, a fixação de preços baixos a estas, o procedimento de intervenções tardias e a decisão de efectuar importações desnecessárias e prejudiciais à produção nacional, entre diversos outros aspectos. Destes organismos, a CNA exigia a garantia de escoamento, através da compra de toda a produção, a publicação atempada das tabelas de preços

a praticar, o aumento dos subsídios de transporte da produção para os armazéns, o congelamento dos preços dos factores de produção, a reestruturação dos sistemas de comercialização, a criação de créditos e a concessão de subsídios à exportação.

A CNA procurou também criar uma base de argumentação para as suas reivindicações fundamentada em elementos de carácter técnico (por exemplo, a necessidade de melhorias técnicas e tecnológicas no tratamento da terra e o desenvolvimento da fertilização e da selecção de sementes e pesticidas), que se apoiou especialmente na realização do colóquio «Defesa da Produção Agrícola», em Novembro de 1978.

O segundo elemento estruturante do novo sistema foi a definição de um modelo social específico desejável para o mundo rural português, definição essa que assentou em três linhas-mestras: a promoção do «pequeno e médio agricultor» como o tipo social característico de uma sociedade rural em que reinariam o respeito pela propriedade da sua terra, a garantia do seu trabalho e a concessão de ajudas (subsídios, créditos) que sustentassem a sua sobrevivência; a criação, entre os pequenos e médios agricultores, de uma consciência colectiva, nomeadamente através da proposta de criação de um «Cartão do Agricultor», que foi anunciada como destinada a servir o objectivo da dignificação profissional; e, por último, a definição de um inimigo objectivo, isto é, a defesa do mundo rural perante as ameaças externas representadas pelo comércio e pela indústria, o mundo urbano e o poder político, defesa esta que implicou a adopção progressiva de uma verdadeira linguagem de combate, com expressões como «fazer valer a força da nossa união», «tomar conta das estradas», «resistir e fazer frente às arbitrariedades, à prepotência e à ilegalidade» (CNA, 1980) e a difusão da ideia da necessidade de «sair para a rua» (entrevista, 1987), isto é, a não limitação às vias institucionais de canalização das exigências do mundo rural (de que são exemplos diversas interrupções de comunicações rodoviárias e ferroviárias e manifestações públicas de protesto).

Mas o elemento estruturante mais importante deste novo sistema foi sem dúvida a introdução no campo discursivo da Confederação da problemática da integração europeia, através das «sérias apreensões» manifestadas em 1979 relativamente ao assunto. Estas apreensões motivaram a promoção, por parte da Confederação, de reflexões acerca das consequências para a agricultura da eventual adesão de Portugal à CEE, que culminaram na realização do debate «Mercado Comum: que futuro para a agricultura portuguesa», em Julho de 1980.

Simultaneamente, a CNA reclamou do Governo a sua participação nos estudos e nas negociações com vista à eventual integração europeia e o conhecimento de todos os *dossiers* relativos ao sector agrícola, reivindicações estas que foram pura e simplesmente ignoradas.

A partir de então, a questão europeia constituiu-se enquanto ponto de referência e núcleo estruturador de todos os discursos e práticas produzidos pela Confederação.

3.3 A RADICALIZAÇÃO DA PRÁTICA E DO DISCURSO

No início de 1981, a produção de acções e representações da CNA entrou numa nova fase, cujo traço mais característico é o da radicalização.

Consolidado que estava o sistema de representações globais, através da apropriação da questão da integração europeia como seu núcleo estruturador, verificou-se uma mobilização de novos elementos temáticos que se constituíram enquanto linhas essenciais deste novo período: a actuação dos governos, o diálogo social e a movimentação de bases.

Estas linhas estavam presentes no III Encontro das Organizações da Lavoura e dos Agricultores de Portugal, realizado em Novembro de 1983 (o IV realizar-se-ia quatro anos mais tarde, em Fevereiro de 1987), em que terão participado, segundo a CNA, 602 organizações agrícolas (CNA, 1983: 2). Este Encontro pode, por isso, ser analisado como um excelente exemplo representativo da evolução que se registava na Confederação.

A estratégia de combate adoptada pela CNA foi reforçada e esteve presente em qualquer das novas linhas temáticas: em primeiro lugar, porque a linguagem perante os responsáveis pela política agrícola endureceu, como o atestam as acusações de que estes ignoravam a situação «dramática», de «colapso», «degradação» e «ruptura» em que se encontrava a agricultura portuguesa, o que levava a direcção da Confederação a considerar que «a orientação dos sucessivos ministros da Agricultura dos últimos governos não respondeu às necessidades mínimas da situação da lavoura, antes conduzem a agricultura portuguesa à beira do desastre» (*D* de 8-2-83: suplemento, p. 3); depois, porque a própria evolução da questão do diálogo social conduziu a CNA a essa postura de radicalização, uma vez que a Confederação era sujeita a um progressivo isolamento, tanto em termos de acesso à informação como ao próprio nível da expressão política das suas reivindicações, vendo-lhe interdito o assento em órgãos fundamentais para esse efeito; e, por fim, porque a verificação dessa realidade dupla que era a chamada «ofensiva política contra a lavoura nacional» e a interdição da sua participação no campo institucional (que implicava o não reconhecimento oficial da sua existência enquanto organização agrícola socioprofissional legitimamente representativa) empurravam a Confederação para a acentuação da movimentação de bases, a qual se traduziu numa proliferação de jornadas nacionais de protesto (Março de 1981; Março e Novembro de 1984); de acções de agricultores, como abaixo-assinados, entrega de moções nas câmaras municipais, plenários, desfiles de máquinas, concentrações junto das instalações regionais do Ministério da Agricultura, cortes de trânsito (Rio Maior, Caldas da Rainha, Coimbra, Tocha, Barcelos, Ponte de Lima, Bragança, Pombal), e de semanas nacionais de reclamação e protesto da lavoura, especialmente em 1982 (concentrações, desfiles de tractores e cortes de trânsito, como em Alenquer, por exemplo, onde os agricultores cortaram a estrada nacional Lisboa-Porto e distribuíram aos automobilistas impedidos de circular uma exposição das suas reivindicações); em Fevereiro e Março de 1985,

protestando contra as Grandes Opções do Plano e o Orçamento de Estado, que manifestariam um claro apoio aos importadores e o «desincentivo à produção e ao investimento» (*VL*, n.º 26, de Dezembro de 1984: 4-5); e em Junho de 1985.

A questão da integração europeia dava um sentido de conjunto a todas estas iniciativas. Depois de, inicialmente, demonstrar uma certa prudência no tratamento desta questão, a CNA acabou por optar por uma posição claramente contrária a ela, afirmando que «Portugal é transformado cada vez mais num mercado de escoamento de excedentes de produtos agrícolas de outros países e o desenvolvimento da nossa agricultura cada vez mais dependente de interesses estranhos aos dos agricultores e da própria economia do País» (*VL*, n.º 26, de Dezembro de 1984: 4-5).

A integração europeia acabou, pois, por ser tomada como uma verdadeira ofensiva contra os agricultores, montada pelo poder político: «Sucessivos governos, sob o pretexto da eventual entrada na CEE, tomam medidas que apenas sacrificam os interesses dos agricultores» (*VL*, n.º 24, de Outubro de 1984: 4-5); «A falta de informação sobre o Mercado Comum, o processo nebuloso de atribuição dos fundos de apoio, as dificuldades no crédito, a imposição das normas da CEE, o encerramento dos matadouros, as importações desnecessárias, a tardia fixação de preços, a recusa de nomear um representante da lavoura para o Conselho Económico e Social da CEE, significam que está em marcha uma ofensiva sem precedentes contra a produção agrícola nacional, contra a lavoura portuguesa, em particular contra os pequenos e médios agricultores» (comunicado, Maio de 1985, Coimbra).

4. A QUESTÃO EUROPEIA

Se, até aqui, se procurou definir os principais traços e cambiantes da intervenção da CAP e da CNA no sistema político, isto é, se procurou proceder à construção de uma história social das duas organizações, a partir de agora trata-se de apreender o sentido das trajectórias traçadas, tendo por referência a questão da integração europeia, ou seja, determinar a lógica particular que está subjacente aos processos de produção de representações e de acções de cada uma das Confederações.

É interessante notar que o termo «camponês» esteve sempre ausente do campo discursivo de qualquer das organizações, devido às ressonâncias políticas e sociais pejorativas do termo: ao nível político, a sua utilização vinculava as Confederações a um discurso demasiado politizado, facto a que ambas procuram escapar, embora em graus diferentes; ao nível social, ele comprometeria as suas estratégias de difusão de uma imagem de representação nacional.

A concepção de agricultor que cada uma destas Confederações perfilha representa o tipo social no qual se inspiram os respectivos modelos de sociedade rural desejável para Portugal: para a CAP, o empresário agrícola, dinâ-

mico, empreendedor e cioso da sua liberdade individual, integrado numa sociedade assente nos princípios da propriedade privada, da liberalização das relações socioeconómicas e da retracção da presença do Estado; para a CNA, o pequeno e médio agricultor, humilde, mas labutador, que deve ser protegido pelo Estado, segundo princípios de justiça social e solidariedade colectiva.

A este respeito, a criação da CNA assemelha-se ao surgimento do MODEF, em França, em 1959, num contexto de transformação das estruturas agrárias e de incentivos à retirada do mercado agrícola dos camponeses que demonstravam dificuldades de adaptação às novas realidades, o que terá representado «a afirmação sindical de um certo campesinato em reacção contra os encorajamentos oficiais à promoção de uma agricultura modernista» (Maresca, 1983: 174). Pode, pois, com as devidas condicionantes inerentes às particularidades dos diferentes processos históricos, estabelecer-se uma correspondência aproximada entre a oposição CAP-CNA, em Portugal, e a situação agrícola francesa da época, que opunha uma agricultura tecnizada e modernista, representada na UDSEA, e uma agricultura tradicionalista e regionalista, representada na FDSEA-MODEF (com a qual, aliás, a CNA manteve durante o período em análise estreitas relações).

A questão europeia assumiu também contornos políticos mais ou menos nítidos na oposição entre a CAP e a CNA, o que nos levará também a colocar o importante problema da politização dos respectivos movimentos de agricultores.

4.1 A EUROPA: UM MODELO SOCIAL PARA A AGRICULTURA PORTUGUESA?

No discurso da CAP e da CNA encontramos uma estreita interligação entre concepções económicas e sociais, de tal forma que umas não se podem compreender sem recurso às outras, numa perspectiva sociológica. Deve, aliás, dizer-se que as próprias referências destas Confederações ao seu respeito pela não ultrapassagem das fronteiras do económico se revestem de um significado social e político fundamental.

Deste modo, tanto na CAP como na CNA, o discurso económico veicula e difunde uma determinada concepção da sociedade rural. Daí que um ponto de partida importante para esta reflexão seja a análise dos elementos fundamentais constantes do modelo económico que as duas Confederações preconizam para a agricultura portuguesa.

No discurso da CAP podemos destacar dois elementos discursivos particularmente significativos: a exploração agrícola familiar e o empresário agrícola. A primeira expressão é extremamente ambígua, pois, como diz Suzanne Berger, «o número de hectares que uma família pode explorar é praticamente ilimitado, segundo as culturas escolhidas e o grau de mecanização» (Berger, 1975: 224). Mas esta ambiguidade foi crucial para a CAP, uma vez que lhe permitiu recrutar nas diferentes faixas da população rural. A insistência na figura do empresário agrícola, «base da economia agrícola» (T de 28-11-81),

apontava, por outro lado, no sentido da liberalização da sociedade rural portuguesa (*JA*, n.º 106, de 24-4-81: 1).

Mas, na perspectiva da CNA, a liberalização económica implicava graves riscos, razão pela qual a Confederação se opôs à integração europeia (*VL*, n.º 30, de Abril de 1985: 4). Para ela, a defesa do primado da iniciativa privada traduz o predomínio dos grandes interesses económicos sobre a sociedade portuguesa. Como dizia a este respeito um dirigente da Confederação, «Os grandes interesses económicos da agro-indústria, os grandes importadores e exportadores, têm poder e facilidade de contactos. Prevalecem sobre os interesses da agricultura e mesmo sobre os interesses gerais do País. Esses grupos de pressão têm uma capacidade de influência maior do que os grupos de pressão dos agricultores, que são dispersos, que são pobres, que são gente do campo, que têm dificuldade em se movimentar em Lisboa» (entrevista, 1987). A concepção da sociedade europeia como uma espécie de «clube dos ricos», onde uma minoria privilegiada sacrifica a maioria, revela-se assim um dos traços fundamentais das representações que a CNA produz acerca da CEE.

À figura do empresário agrícola opõe a CNA o tipo social do «pequeno e médio agricultor», considerando que «É a partir da pequena agricultura que se pode reduzir a dependência externa» (*D* de 1-7-84: 5). Esta crença nas virtualidades da pequena agricultura exprime uma abertura para, no mínimo, cristalizar a estrutura da propriedade fundiária em Portugal, como se pode depreender da seguinte afirmação de um dirigente da Confederação: «Em termos práticos, de curto prazo, não é preciso tocar num palmo de terra de ninguém para aumentar muito a produção agrícola. Em primeiro lugar, devemos esgotar as capacidades produtivas deste tipo de estrutura da propriedade, que não estão esgotadas» (entrevista, 1987).

Ora, se, para a CNA, o emparcelamento rural, previsto na PAC, não é de modo algum prioritário, para a CAP a sua não aplicação representará um gravíssimo erro histórico (entrevista, 1987). A CAP faz, aliás, uma leitura ideológica da defesa que a CNA faz da pequena e média propriedade, entendendo-a como uma forma de tentar obstar à liberalização da sociedade rural, mantendo-a debilitada, de modo a facilitar a sua estatização (entrevista, 1987).

Esta polémica estendia-se naturalmente à política de créditos da CEE, que, na perspectiva da CNA, devido à sua selectividade, procurava marginalizar e esmagar as pequenas explorações dos cerca de 75 % de agricultores portugueses detentores de propriedades com menos de 4 ha de área (*D* de 20-7-80: 9). Ora, para a CAP, é precisamente a não selectividade na concessão dos créditos que prejudica esses agricultores, ao permitir sustentar artificialmente projectos sem viabilidade económica que conduzem a um endividamento irremediável (*JA*, n.º 2, de 30-11-76: 6).

Outra das vertentes que opõem ambas as Confederações é a questão das relações entre o Estado e a sociedade civil. A CNA é abertamente favorável a uma presença importante do Estado nesta, sem a qual ela não poderia

sobreviver (*VL*, n.º 28, de Fevereiro de 1985: 7). Para a CNA, a integração europeia, ao conduzir a uma política de preços única e centralizada, sem protecctionismos nacionais e sem taxas alfandegárias entre os países membros, ao resultar na abolição dos subsídios e na supressão das situações de protecção por parte do Estado, resultaria no aumento dos custos e dos preços dos factores de produção, na diminuição dos incentivos à mecanização e modernização da agricultura e na diminuição da capacidade de resistência e concorrência dos agricultores, entregues às mãos dos industriais e dos intermediários.

Nesse sentido, a CNA (na linha de uma espécie de neocorporativismo, que já em 1975 dera sinais evidentes de vida, com o projecto comunista de pôr o aparelho corporativista ao serviço da construção do socialismo — a este respeito ver Lucena e Gaspar, a publicar) defendeu a presença dos organismos de coordenação económica em todos os sectores da comercialização, enquanto a CAP defendia a definição de limites à sua actuação (acerca da concepção e funcionamento destes poderosos organismos para-estatais, durante o corporativismo e após o 25 de Abril, ver Lucena, 1990, especialmente pp. 537-544; e Lucena e Gaspar, a publicar). A este respeito dizia um dirigente desta Confederação: «A comercialização deve assentar numa estrutura de tipo concorrencial que, podendo ter uma parte pública, deverá ser predominantemente privada» (*T* de 7-10-82; ver também *JC* de 3-3-87: 4, e *DN* de 26-2-87).

Outras questões, como a reforma antecipada dos agricultores e a redução do peso da população activa agrícola na população activa total, opõem igualmente as duas Confederações: a CNA, pugnando pela manutenção em actividade dos agricultores idosos e com baixo nível de instrução (entrevista, 1987) e contra a redução drástica da população activa agrícola (*VL*, n.º 26, de Dezembro de 1984: 4-5); a CAP, defendendo ambas as medidas, como elementos fundamentais da europeização da agricultura portuguesa (*JC* de 3-3-87: 4; *JA*, n.º 21, de 11-5-77).

Mas existe uma questão em que a oposição entre as duas Confederações assume uma forma verdadeiramente paradigmática: o problema dos baldios. Na verdade, a compreensão do modelo de sociedade por que se bate a CNA passa em grande parte pelo conflito que opôs os CBD (conselhos directivos de baldios) a diversas iniciativas no sentido de atribuir às administrações autárquicas estas terras comunitariamente fruidas por determinadas populações serranas.

Ora os CBD desempenharam um importante papel no lançamento da CNA, nomeadamente através da promoção de inúmeras reuniões preparatórias do I Encontro da Lavoura, de 1978, e da participação nas suas jornadas de reclamação e protesto. A sua importância era tal que, em 1979, a direcção da CNA criou na Confederação um Departamento de Baldios.

A defesa dos baldios feita pela CNA revela uma concepção particular da sociedade rural, pelas referências que faz aos direitos e valores ancestrais das populações serranas (*VL*, n.º 25, de Setembro de 1984: 4). Mas, para a CAP,

«A CNA vem aproveitar uma velha tendência anárquica, que não é nada comunitarista. Não há respeito uns pelos outros nas aldeias» (entrevista, 1987). Assim, em oposição à concepção social da CNA, em que a crença nas virtualidades do comunitarismo é fundamental, a concepção que a CAP tem da sociedade rural é basicamente individualista.

Não deixa de ser interessante verificar que, no campo discursivo da CNA, a defesa dos baldios, que configura uma certa ideologia de apropriação colectiva da propriedade, coexiste pacificamente com frequentes referências a favor da protecção da propriedade individual dos pequenos e médios agricultores. Esta coexistência revela um facto que é fundamental para a compreensão dos sistemas de representações produzidos pela Confederação: ela demonstra que, contrariamente à CAP, a posse individual da terra não constituiu um princípio estruturador desses sistemas. Pelo contrário, o princípio vital pelo qual se orienta a estratégia de recrutamento da CNA é o lugar ocupado pelos indivíduos na estrutura social, um lugar que, no entender da Confederação, os coloca à mercê das ofensivas das minorias dominantes.

Enfim, para a CNA, o verdadeiro agricultor não é propriamente o empresário empreendedor que se reclama do espírito europeu representado na CAP, mas antes um homem pobre, rude e humilde. Ao diletantismo e luxo do empresário que cultiva os gostos de uma civilização urbana algo distante contrapõe a CNA a ligação à terra como traço dominante desse tipo social: «As pessoas estão em Lisboa, nos gabinetes, nunca viram nascer uma couve, não sabem qual é o cheiro da bosta da vaca» (entrevista, 1987).

4.2 A INTEGRAÇÃO EUROPEIA: UM PROBLEMA POLÍTICO

A posição da CAP e da CNA perante a questão europeia tem, ligada à vertente de carácter social, uma dimensão política, que está profundamente ligada ao facto de ambas as Confederações terem sido criadas num período em que a definição do regime político português passava em grande parte pela resolução da questão agrária.

A CAP surgiu em finais de 1975 e identificou-se desde logo com o espírito do 25 de Novembro. O seu envolvimento, claro e assumido, numa estratégia de confronto político-ideológico comprometeu-a num processo de politização explícita, no sentido em que a maior parte das atitudes e posições perante os governos e os partidos políticos eram defendidas publicamente pela Confederação.

O empenhamento da CAP no jogo de competição política foi sempre muito forte. Neste sentido, a Confederação procurou adequar-se aos diferentes contextos políticos, de forma a procurar capitalizar a seu favor a evolução dos acontecimentos. Dizia a este respeito um dirigente da Confederação: «Considero que, num processo político, há necessidade de definir, momento a momento, os adversários e elaborar a estratégia de uma organização que, como a nossa, se caracterizou sempre por uma grande actividade de massas

no combate, por forma a assegurar a consolidação dos objectivos que pretendemos como resultado final» (*T* de 28-5-81).

Exemplos desta estratégia são vários e destacam-se aqui os mais importantes: com o VI Governo Provisório, a simultaneidade dos ataques a Lopes Cardoso e os elogios ao primeiro-ministro, Pinheiro de Azevedo (o que viria também a acontecer com o I Governo Constitucional, de Mário Soares); a ambiguidade das relações com o PS, ora relativamente próximas (após o afastamento de Lopes Cardoso, por exemplo, a CAP foi consultada acerca da nomeação de António Barreto para o cargo), com tomadas de posição extremamente moderadas (*JN* de 23-11-76; *JA*, n.º 7, de 29-1-77), ora de autêntica ruptura e hostilização pública, com acusações de conivência do Partido com os desígnios dos comunistas (*JA*, n.º 6, de 18-1-77: 2); a aproximação ao presidente da República, Ramalho Eanes, que terá dado à Confederação garantias de poder contar com todo o seu apoio nas manifestações de contestação ao II Governo Constitucional, e a moderação perante os governos de iniciativa presidencial (III e IV), que representaram a possibilidade de a CAP indicar para o Ministério da Agricultura pessoas da sua confiança (*JA*, n.º 97, de 25-11-80); e o afastamento em relação ao general Ramalho Eanes, as críticas ao V Governo e o maior empenhamento na luta pela conquista do poder político, através da adesão ao projecto da AD, que representava para a Confederação a possibilidade de criar um bloco político capaz de apoiar o seu «projecto agrário europeu» (*JA*, n.º 56, de 6-12-78).

É muito importante verificar que a CAP não foi uma mera vertente agrária dos partidos de direita. Em vez de ser uma organização manipulada por determinados partidos políticos, ela demonstrou uma autonomia de actuação que a levou a procurar ou alienar apoios nas forças políticas conforme a estratégia que definia para a perseguição dos seus objectivos. O secretário-geral da Confederação dizia, por exemplo, em Maio de 1981: «Nós demos o nosso apoio para a formação de uma maioria parlamentar que suporta o Governo. Isso não nos inibe, como representantes dos agricultores portugueses, de expressar por todas as formas o descontentamento real desses mesmos agricultores» (*T* de 14-5-81).

Para a CAP, assim, a questão agrária foi sendo resolvida pelo crescimento da sua influência ao nível do aparelho de Estado. O empenhamento na integração europeia era, por outro lado, o processo mais eficaz de ela combater a colectivização e a estatização, que, no seu entender, haviam resultado da aplicação da Reforma Agrária. Para a CAP, «A Reforma Agrária representa, mais do que um problema agrícola, a definição de um modelo de sociedade» (*JA*, n.º 62, de 14-2-79: 1) «[...] ainda que saibamos não poder concorrer com a Europa em riqueza e variedade de produtos agrícolas, sabemos igualmente que só com a Europa poderemos obter a estrutura política e económica que interessa a todos os que desejam viver em liberdade e em democracia» (*JA*, n.º 15, de 22-3-77: 1).

Contrariamente à CAP, a CNA apostou numa estratégia de difusão de uma imagem de apolitismo. Mas, apesar de, ao nível discursivo, ela demons-

trar um relativo distanciamento em relação aos diferentes partidos políticos e grupos de pressão, o seu trabalho de produção de representações e acções não deixa de se caracterizar por uma politização implícita, que procura assentar num permanente trabalho de dissimulação ideológica.

A neutralidade político-partidária de que se reclama a confederação deve por isso ser vista como uma importante técnica política utilizada pela Confederação para enquadrar os agricultores. Na verdade, a CNA sempre procurou levar estes a tomarem uma determinada posição perante o poder político. Em vésperas de eleições, por exemplo, ela exortava os agricultores a votarem por uma «política nova» para a lavoura (ver, por exemplo, *DN* de 26-2-87; *D* de 8-2-83: 3), afirmando que «é preciso mudar por completo a política agrícola aplicada pelos sucessivos governos desta última meia dúzia de anos» (*D* de 29-3-80: 6; ver também *VL* de Agosto de 1985: 1).

Na altura da sua criação, a promoção da CNA como a estrutura socio-profissional legitimamente mais representativa dos agricultores passou em primeiro lugar pela tentativa de difusão da ideia de que a CAP era uma organização fundamentalmente estranha ao mundo rural. Ora, para além de uma vertente económica (a CAP estaria do lado do comércio e da indústria), esta argumentação tinha também uma vertente política, na linha da qual se afirmava que a CAP (tal como as UDA) estava subordinada aos interesses de determinados partidos políticos (no caso daquela, o CDS e o PSD) e fazia a propaganda das respectivas opções político-partidárias junto dos agricultores. A eficácia potencial deste argumento advinha do pressuposto, amplamente difundido entre os agricultores, de que existe uma incompatibilidade irredutível entre o mundo rural e a política.

A ligação entre a politização implícita da CNA e a questão europeia é evidente, como resulta da leitura da seguinte afirmação: «[...] a política seguida nos últimos anos, e particularmente as últimas orientações conhecidas, demonstra que há toda uma intenção política programada, talvez orientada pela CEE, para criar o ambiente propício à destruição da pequena e média agricultura» (*VL*, n.º 27, de Janeiro de 1985: 5).

O carácter implícito e de dissimulação ideológica da politização da CNA pode ainda ser visto através da consideração das organizações agrícolas que estiveram na base do seu lançamento e que desempenharam um papel importante na sua dinamização, nomeadamente as ligas de pequenos e médios agricultores, que se empenharam permanentemente no combate à chamada «Lei do PPD» (Lei do Arrendamento), e o MARN, que demonstrou possuir uma convergência de princípios e interesses com o PCP, única força política que procurou de forma sistemática levar os problemas deste movimento à Assembleia da República e produzir um trabalho legislativo que lhe fosse favorável (ver, por exemplo, *D*, n.º 713: 1, ou n.º 857: 9, respectivamente de Maio e Novembro de 1978).

Outro indicador igualmente importante é a própria forma como o PCP avalia o trabalho desenvolvido pela CAP e pela CNA. Enquanto, para este partido, a CAP não passa de «um dócil instrumento da política do Governo»

(D de 27-2-87), a acção da CNA foi fundamental nos campos de Portugal, tendo contribuído decisivamente para «transformar o movimento camponês numa força social organizada, cuja intervenção na definição de uma política agrária será cada vez mais indispensável» (D de 4-11-83: 3).

O assinalar desta proximidade ideológica não deve, no entanto, levar-nos a concluir que a CNA é uma mera «correia agrária» do PCP. Tal como o MODEF em relação ao PCF, em França (Maresca, 1983: 185), a CNA mantém com o PCP uma relação de dependência conflitual, sendo difícil determinar, no estado presente desta investigação, até que ponto o PCP busca uma aproximação ao movimento de agricultores, ou este busca naquele um apoio político sólido (ou, então, ambos os fenómenos em simultâneo). Depois das recentes transformações políticas ocorridas no Leste europeu, esta relação, já de si complexa, não poderá ter deixado de se complexificar ainda mais.

De qualquer forma, o indiscutível é que, dado o seu carácter de organização agrícola socioprofissional, a CNA nunca poderá assumir explicitamente a sua proximidade deste Partido, sob o risco de perder por completo os eventuais apoios de que desfruta entre os pequenos e médios agricultores do Norte e do Centro do País, bastante refractários a ideologias que ponham em causa o princípio sagrado da posse privada da terra.

A estratégia de dissimulação ideológica é, pois, para a CNA, a mais indicada. Ela assume um carácter mais visível especialmente no que se refere a um aspecto: a Reforma Agrária, acerca da qual a CNA nunca produziu qualquer declaração. Tudo se passa como se nada tivesse acontecido na agricultura portuguesa antes de 1978. A questão da Reforma Agrária é o tabu da CNA. Mas a ausência de produção discursiva acerca desta questão constitui uma verdadeira totalidade significativa, uma vez que exprime de forma paradigmática a posição da Confederação no campo ideológico: não pode, por um lado, apoiar a Reforma Agrária, o que comprometeria todo o seu esforço de mobilização dos pequenos e médios agricultores do Norte e Centro do País (e repare-se que uma organização de carácter nacional nunca se reclama do Sul do País, como se este não existisse); mas, por outro lado, não pode também condenar o processo da Reforma Agrária, o que alienaria um suporte político precioso, o apoio do PCP, sem o qual ficaria ainda mais isolada. A CNA prefere, por isso, o silêncio.

5. CONCLUSÃO

A questão da integração europeia ocupou um lugar fundamental no processo de competição pela representação profissional legítima dos agricultores portugueses que pôs em confronto a CAP e a CNA. A apropriação da questão europeia como núcleo estruturador do trabalho de produção de sistemas de representações e de acções por parte destas Confederações constitui, pois, um dado fundamental a considerar.

A opção ou não pela integração europeia por parte da CAP e da CNA deve ser encarada essencialmente como uma opção de carácter ideológico. No caso da CAP, ela funcionou como um modo de combater uma dominação política colectivista e estatizante, que, no seu entender, hegemonizava o aparelho de Estado. No caso da CNA tratou-se basicamente de combater uma orientação política que procurava consolidar nos campos de Portugal um processo de liberalização económica e de transformação da estrutura fundiária, que, a ser bem sucedido, conduziria à transformação da própria estrutura social.

Esta opção ideológica implicou da parte da CAP e da CNA um envolvimento no campo político, que se traduziu, no caso daquela, numa politização explícita, ou seja, num claro e profundo empenhamento da Confederação no jogo da competição política, e, no caso da CNA, numa politização implícita, assente na dissimulação ideológica que constituía a verdadeira base da qual dependia a própria estratégia de legitimação da Confederação enquanto organização agrícola representativa.

Assinalar a proximidade ideológica destas Confederações em relação aos diferentes partidos e forças políticas não autoriza, contudo, o investigador a proceder a uma identificação pura entre dois campos. Na realidade, se bem que a necessidade de encontrar uma expressão política para as suas reivindicações tenha impellido constantemente estas Confederações para um alinhamento, explícito ou implícito, com determinadas forças políticas, a verdade é que o próprio carácter de representação agrícola que as marcava não facilitou o estabelecimento de um entendimento perfeito com essas forças. Existe todo o peso de uma lógica institucional que coloca estas Confederações numa posição de autonomia relativa e de dependência conflitual e que as impede tanto de alienar os apoios políticos de que dispõem, como de lhes serem fiéis até às últimas consequências.

Objectivamente, a CAP está numa posição mais favorável do que a CNA. Ao nível político, ela retira vantagens da sua maior proximidade ideológica em relação aos detentores do poder e possui ela própria o controlo de importantes lugares nesse campo. Colaboração na discussão dos impostos (como, por exemplo, o imposto de indústria agrícola), participação regular nos diversos órgãos sectoriais que determinam preços, importações e exportações, participação em organismos encarregados do fomento da formação profissional, direito a ocupar lugar como membro efectivo do Conselho Permanente de Concertação Social, todos estes aspectos permitem comprovar que, ao nível político e técnico-económico, a posição da CAP é de um vasto enquadramento institucional nos mecanismos e processos de tomada de decisão. Em termos internacionais, como já se viu, a Confederação é membro de pleno direito das organizações mais influentes em termos de intervenção na definição da Política Agrícola Comum, tendo nomeadamente assento no Comité Económico e Social da CEE.

A posição da CNA é radicalmente diferente e pode designar-se de isolamento institucional. Na verdade, ao assumir uma determinada concepção

do agricultor e da sociedade e ao situar-se num determinado espaço do campo ideológico, que a aproxima dos grupos de pressão e partidos que contestam o próprio sistema económico e o regime político potencialmente resultantes da integração de Portugal nas Comunidades Europeias, a CNA viveu um percurso de permanente hostilização por parte dos detentores do poder político, moderada aqui e acolá com uma episódica abertura.

Contrariamente à CAP, as organizações agrícolas internacionais da área da CEE com as quais a CNA manteve relações de colaboração são ou bastante críticas em relação à PAC, ou mesmo abertamente contrárias ao projecto europeu. As mais importantes são: em Espanha, a COAG (Coordenadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos del Estado Español); na Bélgica, a UDEF (Union des Exploitants Familiaux Agricoles); em Itália, a Consecultivatori, tida como próxima do PCI; e em França, o MODEF, tido também como próximo do PCF e que se opõe radicalmente à presença da França na CEE.

A CNA não está, por outro lado, representada no CES (Comité Económico e Social), nem integra qualquer estrutura supranacional no espaço europeu. Não existiu também entre os seus dirigentes um entendimento claro quanto à participação da Confederação no COPA, havendo a esse respeito algumas divergências, por se considerar que tal representação não exprimiria a posição crítica que a CNA tem em relação à CEE. Por isso, a tendência da Confederação, verdadeiro retrato do seu isolamento, é actualmente assumir-se mais como organização de luta e menos como participante num quadro institucional que, no fundo, ela contesta.

Esta recusa da CNA em alinhar pelos métodos institucionais decorrentes das novas implicações da integração de Portugal nas Comunidades Europeias e o consequente isolamento institucional ao nível internacional no espaço da CEE resultam da própria estratégia de relações internacionais que a Confederação montou e que extravasa largamente o espaço geográfico da CEE, para abranger também a América Latina e a Europa de Leste. Na América Latina, a Confederação mantém relações regulares com a CCP (Confederação Campesina do Peru) e com a ANAC (Associação de Pequenos Agricultores de Cuba). Na Europa de Leste destacam-se o Conselho Central das Cooperativas Agrícolas de Produção, da Hungria, e a União de Ajuda Mútua Camponesa, da República Democrática Alemã.

As implicações ideológicas que tem a rede de relações internacionais da CNA não facilitam, pois, como é óbvio, o rompimento com a posição de isolamento institucional da Confederação.

Este isolamento é ainda mais vincado se atendermos à vertente económica. A CNA não tem, por exemplo, acompanhado, nem enquadrado, o novo fenómeno da constituição de associações de agricultores especializadas por produtos, que são um resultado já visível do processo de integração europeia no campo agrícola (Lucena e Gaspar, a publicar). Para a CNA, estas associações trazem a marca do «divisionismo» e do «elitismo», enquanto a CAP, pelo contrário, ou tem muitas destas novas associações especializa-

das como filiadas, ou então tem relações muito próximas com elas (Lucena, 1990: 535-536).

Na verdade, a CAP goza de uma situação bastante mais favorável, pois mantém relações com as organizações economicamente mais fortes do associativismo agrícola português. Para além das boas relações que mantém com a FENACAM (Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo), à qual reconhece um papel fundamental a desempenhar na modernização da agricultura portuguesa, esta Confederação mantém também estreitas relações com a CONFAGRI (Confederação das Cooperativas Agrícolas de Portugal), organização que tem também assento no CES e com a qual a CAP divide equitativamente os representantes da agricultura portuguesa nos organismos comunitários e tem procurado concertar as posições a tomar em conjunto.

Esta colaboração institucional não está isenta de riscos e de contradições, dada a conflitualidade potencial que resulta da colaboração entre duas organizações que têm funções e objectivos que se sobrepõem, como resultado da indefinição das respectivas atribuições aos níveis técnico-económico e representativo (Lucena e Gaspar, a publicar). Devido, por exemplo, à «dupla invasão do domínio representativo pelas cooperativas agrícolas e do campo económico pelas associações especializadas» (Lucena, 1990: 537), esta indefinição está na origem de uma forte competição entre ambas as Confederações no terreno do recrutamento e da captação de apoios de índole diversa.

Mas a verdade é que, de momento, objectivamente, as posições de ambas as Confederações saem mutuamente reforçadas, não sendo mesmo de excluir a eventualidade de este relacionamento colaborante vir a assumir formas ainda mais próximas.

Ora a CNA não reconhece à CONFAGRI qualquer legitimidade na representação do cooperativismo agrícola português, e não mantém com esta Confederação quaisquer contactos. Por outro lado, a própria concepção que a CNA tem da política de créditos à agricultura, de carácter vincadamente estatizante, afasta-a de um suporte financeiro potencial, as caixas de crédito agrícola mútuo, ou do poder negocial que a concertação de posições com esse suporte certamente lhe conferiria.

Em conclusão, ao isolamento político e institucional da CNA vem juntar-se uma outra vertente, que o aprofunda ainda mais: o isolamento económico.

REFERÊNCIAS

- AVILLENZ, Francisco
1986 «Agricultura», in *Portugal Contemporâneo: Problemas e Perspectivas*, Oeiras, INA, pp. 196-212.
- BARRETO, António
1984 «Classe e Estado: os sindicatos na Reforma Agrária», in *Análise Social*, n.º 80.
- BERGER, Suzanne
1975 *Les Paysans Contre la Politique*, Paris, Éditions du Seuil.

CAP

1977 *Recortes de Uma Luta*, Viseu, Edições CAP.

CARDOSO, A. Lopes

1977 *Luta pela Reforma Agrária*, Lisboa, Ed. Diabril.

CNA

1978 *Carta da Lavoura Portuguesa*, Coimbra, CNA.

1980 *Caderno de Reclamações Imediatas*, Coimbra, CNA.

1983 *Conclusões, Intervenções, Órgãos Eleitos, Mensagem, Moções Aprovadas no III Encontro das Organizações da Lavoura e dos Agricultores de Portugal*, Coimbra, CNA.

ESTRELA, A. de Vale

1978 «A Reforma Agrária portuguesa e os movimentos camponeses. Uma revisão crítica», in *Análise Social*, n.º 54.

IED

1985 «Relatório sectorial: política agrícola», in *Política de Desenvolvimento Económico e Social*, Lisboa, IED.

LUCENA, Manuel de

1984 *Revolução e Instituições. A Extinção dos Grémios de Lavoura Alentejanos*, Lisboa, Publicações Europa-América.

1990 «A herança de duas revoluções: continuidade e ruptura no Portugal post-salazarista», in Mário Baptista Coelho (coord.), *Portugal: o Sistema Político e Constitucional 1974-1987*, Lisboa, ICS, 1990.

LUCENA, Manuel de, e Carlos Gaspar

(a publicar) *Métamorphoses corporatives. Associations d'intérêts et institutionnalisation de la démocratie au Portugal.*

MACP

1981 *Plano de Médio Prazo 1981-1984*, Lisboa, MACP.

MARESCA, Sylvain

1983 *Les dirigeants paysans*, Paris, Les Éditions Minuit.

MOURA, Francisco Pereira de

1973 *Por onde Vai a Economia Portuguesa*, Seara Nova.

VARELA, J. A.

1987 *A Política Agrícola Comum e a Agricultura Portuguesa: a Política de Preços e de Mercados*, Lisboa, «Biblioteca de Economia e Gestão», 3, Publicações D. Quixote.

ÓRGÃOS DE IMPRENSA: SIGLAS UTILIZADAS

<i>T</i>	<i>Tempo</i>
<i>JA</i>	<i>Jornal do Agricultor</i>
<i>DN</i>	<i>Diário de Notícias</i>
<i>JC</i>	<i>Jornal do Comércio</i>
<i>D</i>	<i>O Diário</i>
<i>VL</i>	<i>Voz da Lavoura</i>
<i>PL</i>	<i>Povo Livre</i>
<i>JN</i>	<i>Jornal Novo</i>